

Uma breve trajetória da imprensa no Recôncavo da Bahia durante o século XIX

DINIZ, J. Péricles *

Grupo temático: História da Mídia Impressa

Resumo

Submetidos ao monopólio da impressão régia, nenhum periódico conseguia circular em território brasileiro, até o início do século XIX, sem ser apreendido pelas forças policiais. A única exceção seria a tipografia mantida - por autorização expressa de dom João VI - pelo negociante português Manuel Antonio da Silva Serva, em 1811, na cidade do Salvador. A partir deste marco, aos poucos foram surgindo os primeiros representantes de uma imprensa verdadeiramente nacional, em suas mais variadas dimensões editoriais e matizes ideológicos, políticos e sobretudo partidários. Na Bahia, esta mesma tipografia, tocada como um negócio familiar, seria responsável pela edição de uma grande quantidade de jornais, até pelo menos o ano de 1843. Mas a atividade jornalística não ficaria restrita à capital do estado e logo se espalhou entre as vilas do interior, com destaque para a região do Recôncavo, de onde saiu o segundo periódico impresso no estado, o Independente Constitucional, em Cachoeira, em 1823. Por muito tempo, foi esta localidade o principal pólo da imprensa no Recôncavo, publicando uma quantidade surpreendente de títulos.

Palavras-chave:

História da Imprensa. Bahia. Recôncavo. Cachoeira.

* José Péricles Diniz é jornalista, doutorando pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, mestre em Educação. Professor assistente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: periclesdiniz@yahoo.com

Enquanto a impressão régia manteve seu monopólio no Rio de Janeiro, qualquer outra publicação que circulasse em território brasileiro era apreendida pelas forças policiais. A única exceção seria a tipografia mantida - por autorização expressa de dom João VI - pelo negociante português Manuel Antonio da Silva Serva, em 1811, na cidade do Salvador. De acordo com Octavio Mangabeira (2008, p. 30), esta primeira editora particular do Brasil funcionaria, contudo, “sob a condição imprescindível de submeter quaisquer artigos, que houvesse de publicar, ao prévio exame de uma comissão civil ou eclesiástica”.

De qualquer forma, é bastante extensa a relação de jornais impressos por esta empresa familiar¹, a exemplo do *Minerva Bahiense* (1821), *O Espreitor Constitucional*, *Idade do Ferro*, *A Abelha* (1822), *Echo da Pátria* (1823), *Grito da Razão e Correio da Bahia* (1824). A antiga firma foi extinta e criada a *Viúva Serva & Filhos*, responsável pela impressão de *O Farol* (1827), *O Soldado de Tarimba*, *Sentinella Constitucional da Liberdade*, *Gazeta da Bahia* (1828), *A Funda de David defronte do Bahiano*, *A Massa de Hércules* (1829), *Imperial Brasileiro*, *O Campeão Brasileiro* (1830), *Sentinella da Liberdade*, *A Milícia*, *O Esquadrinhador*, *O Voto Bahiense*, *O Pereira*, *O Paschoal*, *A Jovem Bahiana*, *A Ronda dos Capadócios*, *Os Contrabandistas* (1831), *O Tolo Fallador*, *Choradeira dos Banzelistas*, *Quaresma Política*, *O Paschoal contra os Banzelistas*, *O Viajante*, *O Escrivão*, *O Descobridor de Verdades*, *O Diabo disfarçado em urtiga* (1832), *O Doudo nos seus lucidos intervallos*, *Conversa dos Sinos da Bahia* e *Gazeta Comercial da Bahia* (1833).

Mais uma vez a empresa foi desfeita, para ressurgir com a denominação de *Viúva Serva* e, logo depois, *Viúva Serva & C*, de onde saíram *O Frade*, *O Tribuno Brasileiro* (1834), *O Gallo de Campina*, *Aurora da Bahia* (1836) e *O Recopilador* (1837). Segundo Mangabeira (2008, p. 32), inúmeros outros periódicos foram impressos na tipografia da família, que de 1811 a 1843 “esteve mais ou menos ligada à quase totalidade dos jornais que se publicaram na Bahia”. Ele destaca, a propósito, os veículos

¹ Após a morte de Manoel Serva, foi transformada na Casa de Impressão *Viúva Serva & Carvalho*.

que estiveram a serviço de causas como a independência do Brasil, a abolição da escravidão ou a proclamação da república, a exemplo de O Diário Constitucional (1821), Sentinella Bahiense (1822), O Liberal (1823), O Abolicionista, Gazeta da Tarde, O Guaycurú (1843), O Horizonte, República Federal e O Monitor.

Aloysio de Carvalho (2008, p. 46) também fala de uma “ação poderosíssima” da imprensa baiana junto a episódios decisivos na construção da história nacional, acrescentando à lista, além dos já citados, O Constitucional² (1822), O Diário da Bahia (1833), Novo Diário da Bahia (1837)³, Novo Sete de Novembro (1837) e A Marmota (1843).

Para a Bahia, no entanto, o título mais importante saído dos prelos de Manoel Serva foi o Idade d’Ouro do Brazil, primeira dentre todas as publicações pioneiras da capital baiana. Segundo o historiador cachoeirano Aristides Milton (1979, p. 363), sua edição inaugural foi impressa no dia 14 de maio de 1811, com autorização do príncipe regente e “sob a influência do Conde dos Arcos”. Nelson Werneck Sodré (1977, p. 57) considera o Idade d’Ouro, ao lado da Gazeta do Rio de Janeiro, como um típico representante da imprensa áulica. Ele afirma que, então redigido pelo bacharel Diogo Soares da Silva de Bivar e pelo padre Inácio José de Macedo, ambos portugueses, o periódico bissemanal respondia a uma censura implacável e não chegava a publicar nada que desagradasse à coroa

A propósito, Carvalho (2008, p.43) cita uma portaria de 5 de maio de 1811, onde dom Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, descreve as regras que os redatores do jornal deveriam observar para “contar as noticias Politicas, sempre da maneira mais singela, annunciando simplesmente os Factos, sem interpor quaesquer Reflexões, que tendam directa ou indirectamente a dar qualquer inflexão á opinião publica” (sic). Nesta correspondência, fica explícito o caráter doutrinário da imprensa, então já plenamente mensurado pelos governantes da época. Em certo trecho, transcrito por Maria Beatriz Nizza da Silva (2005, p. 22), diz a mensagem:

Sempre que a escassez de notícias deixe na folha um espaço disponível, ocupar-se-á este publicando alguma descoberta útil, particularmente por ora ás Artes, discorrendo sobre a necessidade de

² O jornal teve apenas 58 edições, antes de ter a tipografia completamente destruída pelo exército português.

³ Um dos redatores mais ilustres do periódico foi o revolucionário Sabino Vieira.

instituir e conservar bons e polidos costumes nas nações e explicando não só como o caráter nacional ganha em consideração no mundo pela adesão a seu governo e religião, mas metendo à bulha, ou mostrando com graça e pico, quanto têm perdido naquela consideração todas as nações que se deixam despegar do governo e religião de seus pais (sic).

Alguns historiadores situam o Idade d'Ouro no mesmo patamar de um outro periódico alinhado aos interesses da coroa, o *Semanário Cívico*, lançado no primeiro dia de março de 1821, sob a responsabilidade do comerciante lusitano José da Silva Maia. Sua linha editorial não deixava margem a qualquer dúvida, tanto que logo ganhou dos baianos o apelido de *Semanário Cívico*. Silva (2005) todavia discorda da aplicação do rótulo de imprensa áulica ao Idade d'Ouro, sobretudo após o movimento constitucional na Bahia, em fevereiro de 1821. A partir de quando, segundo ela, “a gazeta baiana se tornou abertamente partidária do constitucionalismo monárquico, atacando o ministério do Rio de Janeiro por ainda não ter aderido às Cortes de Lisboa” (SILVA, 2005, p. 11).

Em decorrência da constituição imposta a dom João pelos revolucionários do Porto no ano anterior, a censura prévia foi abolida e teve fim o monopólio estatal sobre a atividade tipográfica. As contingências históricas haviam levado a uma intensificação dos movimentos pela independência da colônia e a liberdade de imprensa, o direito de imprimir e distribuir com autonomia seus pensamentos, era fundamental neste sentido. E ainda que sob uma vigilância implacável da censura régia, a atividade jornalística floresceu e conquistou espaços estratégicos enquanto instrumento das conspirações emancipatórias. Tantas foram as pressões que no dia 28 de agosto de 1821 foi publicado o decreto que abolia a censura prévia e a imprensa nacional passou a exercer influência cada vez mais decisiva em favor da independência.

No entanto, conforme ressaltam Lajolo e Zilberman (1999, p. 125), ter autorização do governo e dispor de maquinário e mão-de-obra habilitada não eram suficientes para assegurar a sobrevivência de nenhum periódico num país de tão poucos leitores. Sem condições de funcionar de acordo com uma lógica de mercado, tais publicações estavam sempre dependendo dos subsídios e patrocínios dos poderes governamentais ou das forças políticas interessadas em sua oposição⁴.

⁴ As autoras acrescentam que tal lógica se aplicava não apenas ao funcionamento da imprensa, mas igualmente para o sistema escolar e a publicação de livros. O que fez do Brasil um país sem qualquer

Para Sodré (1977, p. 58), o primeiro periódico brasileiro inspirado no movimento constitucionalista deflagrado na cidade do Porto em 1820, que exigia entre outras coisas o retorno imediato da Corte à Europa, foi o *Aurora Pernambucana*, editado a partir de 27 de março de 1821, no Recife. Contava com os auspícios do governador Luiz do Rego, que fez redator o seu próprio genro, o português Rodrigo da Fonseca Magalhães. Resistiu menos de seis meses, defendendo a liberdade política e os direitos da majestade e da nação. No geral, contudo, seguia-se fazendo o mesmo tipo de imprensa oficial, sem que praticamente nada do que se publicava representasse o pensamento brasileiro. Outras publicações surgiram no Rio de Janeiro, algumas delas pioneiras em conteúdo informativo ou de serviços populares, mas em nada acrescentando ao debate político do momento.

Neste período de luta pela independência na Bahia – que ocorreu mais intensamente entre 1821 e 1823 – situavam-se em campos ideológicos opostos, de um lado os jornais *Idade d’Ouro do Brazil* e *Semanário Cívico*, defendendo a manutenção do Brasil como parte da coroa portuguesa e, de outro, postulando em favor da emancipação completa, o *Diário Constitucional*, *Minerva Bahiense*, *Sentinella Bahiense*, *O Analysador*, *O Baluarte* e *O Espreitor Constitucional*, entre vários outros menores. Também circulavam em Salvador jornais editados ou impressos em Portugal (como o *Correio Braziliense*, o *Investigador Português*, *Microscópio de Verdades* e o *Jornal de Coimbra*), bem como do Rio de Janeiro (*O Patriota*, *O Espelho* e *O Império*) e de Pernambuco (*Segarrega*).

Para Sodré (1977, p. 59), contudo, “o primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agosto de 1821. Foi o *Diário Constitucional*”. O jornal apresentou-se abertamente como veículo de luta política, passando a defender os interesses baianos e nacionais. Impresso na oficina da Viúva Serva & Carvalho, tinha como redatores Francisco Corte-Real, Eusébio Vanério e José Avelino Barbosa. Em 10 de maio de 1822, resumiu o título para *O Constitucional*, já que deixava de sair todo dia.

Além da crescente concorrência de uma série de publicações de vida efêmera e criadas apenas para defender as posições e pontos de vista pró-lusitanos, como *O Analisador Constitucional*, *O Baluarte Constitucional*, *O Espreitor Constitucional*, *O*

tradição de leitura, lugar onde ler, enquanto prática social, não é valorizado, talvez mesmo menosprezado e desprestigiado.

Despertador das Verdades Constitucionais e A abelha, o combatente periódico teve que enfrentar as truculenta milícias do general português Ignácio Luiz Madeira de Mello. No dia 21 de agosto de 1822 teve sua sede invadida, tipografias empasteladas e redatores espancados e perseguidos, finalmente silenciando à força. Então, conforme relatam Alfredo de Carvalho e João Nepomuceno Torres (2007, p. 35), “os partidarios da Independencia, atrozmente perseguidos, abandonavam a capital e refugiavam-se na Villa de Cachoeira, nucleo da resistencia á metropole” (sic).

Aquartelada na Vila da Cachoeira a resistência brasileira fiel a dom Pedro o proclamou *protetor e defensor perpétuo*. Sobre o clima político deste período histórico, escreveu Milton (1979, p. 364):

Sob um regimen de terror, viviam nessa epoca os partidarios da Independencia, que atrozmente perseguidos, abandonavam a capital e refugiavam-se, na villa da Cachoeira, nucleo da resistencia á Metropole e onde D. Pedro fora reconhecido principe Regente a 25 de Junho de 1822 e imperador a 9 de Maio de 1823. (sic)

Neste cenário, um personagem singular iria dar novos contornos à história da imprensa baiana: Francisco Ge Acayaba Montezuma⁵, que tomou a si a missão de ir ao Rio de Janeiro convencer Pedro I da imperiosa necessidade de editar um jornal como instrumento de resistência e arma de guerra contra os portugueses. Tarefa perigosa e complicada, considerando a grande mobilização promovida pela frota portuguesa na Baía de Todos os Santos para bloquear a entrada de quaisquer expedições organizadas no Rio de Janeiro em auxílio aos resistentes do Recôncavo, conforme noticiado pelo Sentinela Baiense, em edição de 24 de julho de 1822, onde também ameaçava:

Podem os filósofos sandeus cachoeirenses e os fofos e estúpidos sátrapas do Recôncavo perder as esperanças que tinham no auxílio fluminense que tanto os lisongeava. Primeiro hão de entrar as tropas lusas e cada soldado português valerá por 100 esfaimados cariocas (SILVA, 2005, p. 337).

Ainda assim, chegou ao Porto da Cachoeira, em fevereiro de 1823, rompendo o cerco imposto pela frota portuguesa, a escuna *Seis de Fevereiro*, que havia partido do

⁵ Antes de incluir no próprio nome as homenagens aos líderes indígenas latinoamericanos, o futuro Visconde de Jequitinhonha chamava-se Francisco Gomes Brandão.

Rio de Janeiro em dezembro do ano anterior, comandada por Manoel da Silva Ferreira e carregada com prelo, tipos móveis e até um impressor para operá-la, José Francisco Lopes. Conforme explicaram Carvalho e Torres (2007, p.22), “veio do Rio de Janeiro, a instancias do Conselho Interino de Cachoeira, uma typographia, enviada por D. Pedro I, que tomou o nome de *Typographia Imperial e Nacional*, e funcionou regularmente até que o Governo mandou vender em hasta publica em 1831” (sic). Já em 1º de março de 1823 era impressa edição número um d’O Independente Constitucional, primeiro periódico impresso baiano produzido fora da capital.

Mais que isso, o jornal foi o principal porta-voz das lutas que se travavam pela consolidação da independência nacional em território baiano. Seus principais redatores foram Francisco José Corte-Real (antigo responsável pelo Diário Constitucional e que então passara a chamar-se Corte-Imperial) e o próprio Montezuma. Em julho deste mesmo ano, com a vitória das forças brasileiras, que retomaram Salvador, a Tipografia Nacional foi transportada para lá, de onde seguiu publicando o Independente Constitucional⁶ até o ano de 1827.

Declarada a independência, a atividade jornalística se intensificou e diversos títulos foram surgindo para ampliar os debates em torno das principais questões políticas a movimentar o cenário da época. Carvalho e Torres (2007, p. 23) dão conta de um grande número de jornais fundados neste período por partidos e facções políticas ou ainda pelo interesse comercial, mas ressaltam que poucos logravam seguir existindo por muito tempo, vez que “velhos habitos fazem que o publico não anime, taes empresas, que são em sua maioria de agrupamentos partidários” (sic). De fato, cada uma das agremiações ou grupos políticos que jogavam seus interesses naquela conjuntura – monarquistas, absolutistas ou republicanos, mais ou menos liberais – quando não tinham seu próprio jornal *alugava* um. A propósito, diz Milton (1997, p. 365), “os assuntos literarios ou comerciais eram relegados, talvez pelo nenhum interesse, que, a tais empresas, n’uma época de preconceitos, deixava” (sic). Somente aos poucos foi-se incorporando a estas publicações o noticiário local e os anúncios de utilidade ou interesse público. Sobre o estilo deste período, Milton (1979, p. 365) relata que:

Não se discutia, injuria-se. As polemicas resvalavam para o terreno pessoal, não poupano os contendores de parte a parte os mais ferinas

⁶ A partir de 1825, foi acrescentado ao título o termo Diário.

doestos. A imprensa, então, salvo honrosas exceções, não passava de um pelourinho de reputações. (sic)

Episódios envolvendo a troca de injúrias e insultos, a divulgação - ou mesmo a pura e descarada invenção – de fatos da vida privada de desafetos políticos e um ou outro empastelamento de gráficas e redações eram muito comuns, então. Analisando as motivações que levavam à fundação de um jornal naquele período, Aloysio de Carvalho Filho (2008, p. 81) concluiu que “se as campanhas políticas não mais que as cisões partidárias insuflavam o advento de jornais, a mesma contingência a eles impunha curta existência, finalizada, quase sempre, com a vitória por que pelejavam”. Assim, a política partidária seguia determinando o surgimento e o fim de jornais. Sobre a reclamada neutralidade da imprensa⁷, reproduz editorial publicado no Correio da Tarde por Arlindo Fragoso, que dizia:

Neutra absolutamente neutra fora a imprensa que, além do título, não tivesse nada, uma imprensa em branco, a jeito de papel de embrulho com o enfeite de uns sinais mais anódinos, imprensa sem letras, sem fé, sem bandeira, sem opiniões, sem alma! Uma coisa qualquer, menos imprensa! (CARVALHO FILHO, 2008, p. 95)

Sobre a imprensa praticada na Bahia durante o século XIX, Kátia Mattoso (1992, p.207) contudo a considera *muito desenvolvida*, pois seria uma autêntica tribuna para o espírito crítico dos habitantes de Salvador. Para ela, os grandes jornais da época foram o Diário da Bahia (1833-1958) e o Jornal de Notícias (1883-1917). E acrescenta:

Em 1880, Salvador tinha sete diários, alinhados como liberais ou conservadores (Diário de Notícias, Diário da Bahia, O Monitor, Gazeta da Bahia, Jornal de Notícias, Alabama e Gazeta da Tarde), e cinco periódicos (Gazeta Médica, Escola, Voz do Comércio, Baiano e O Balão). Era bastante para uma cidade em que só um terço da população era alfabetizada (MATTOSO, 1992, p. 207).

Mas destaca que apesar de lerem muitos jornais, além da literatura francesa, os homens cultos da Bahia escreviam pouco. Deste período, cita apenas um poeta (Castro Alves) e um romancista (Xavier Marques). Lembra, por outro lado, que apesar do acesso à escola no século XIX ser restrito aos filhos das elites dominantes e

⁷ Para ele, os poucos jornais que se diziam neutros eram, na verdade, apenas sem partido.

expressamente proibido aos escravos e seus descendentes, um recenseamento de 1872 encontrou negros alfabetizados em algumas localidades do Recôncavo, como Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré. Nesta última vila, inclusive, foram registradas 12 mulheres escravas que sabiam ler e escrever. Segundo Mattoso (1992, p. 201), aprendizado destes cativos se dava na própria casa dos seus senhores.

Tais fatos remetem a uma das mais interessantes características da imprensa da região neste período: a grande quantidade e variedade de periódicos impressos em circulação. Em seu esforço para levantar um histórico da imprensa cachoeirana, Milton (1979, p. 367) aponta como uma das dificuldades encontradas “a vida efêmera destas publicações periódicas” mas, ainda que reconhecendo não se tratar de uma lista completa, enumera uma quantidade considerável de impressos circulando entre 1811 e 1911. Informa que, de acordo com os *Anais da Imprensa da Bahia*, organizados por João Nepomuceno Torres e Alfredo de Carvalho, foram publicados nestes 100 anos pelo menos 107 jornais.

Por suas próprias contas, o número é ainda maior, chegando a 130 sem incluir os quatro que ainda circulavam à época em que elaborou tal levantamento, em 1938: Pequeno Jornal, A Cachoeira, Brasil Menino e Ateneu. Destas publicações, o mais velho com 26 anos de fundação (Pequeno Jornal) e o restante ainda nos primeiros anos de circulação, destacam-se ainda os fatos de terem, quase todos, suas próprias oficinas tipográficas e serem dois deles semanais (Pequeno Jornal e A Cachoeira) e dois mensais (Brasil Menino e Ateneu) de caráter noticioso e/ou literário.

Da relação apresentada por Milton (1979, p. 368-384), destacam-se O Progresso, editado entre 2 de janeiro de 1860 e 10 de maio de 1879, como veículo do Partido Conservador, de caráter noticioso e literário. Saía duas vezes na semana e dispunha de sua própria tipografia. Outro periódico importante foi O Americano, órgão oficial do Partido Liberal, criado em 30 de janeiro de 1867 e que circulou três vezes por semana até 1895, reunindo informação noticiosa, política, literária e comercial. Tinha gráfica própria. Merece destaque também O Guarany, diário fundado em 4 de abril de 1877, também de caráter noticioso, literário e comercial, com gráfica própria. Deixou de ser publicado em 1896.

Houve, ainda, um periódico exclusivamente dedicado ao público feminino e inclusive redigido por mulheres, algo muito raro naquela época. Trata-se da Revista das

Senhoras, que circulou semanalmente em formato tablóide e oito paginas, entre primeiro de fevereiro de 1881 e novembro de 1885, totalizando 182 números. Suas redatoras foram as pioneiras Maria Cândida Rodrigues da Silva e Francelina Motta.

Um dos mais longevos e importantes jornais de Cachoeira certamente foi A Ordem, fundado em 2 de junho de 1870 por José Ramiro das Chagas. Tendo como diretor Durval Chagas, definia-se com uma folha popular, publicada às quartas-feiras e sábados, em tipografia próprias situada na Rua Formosa. A partir de janeiro de 1890, aumentou seu formato e chegou a ser o periódico de maior circulação em todo o interior do estado da Bahia, encerrando suas atividades apenas no ano de 1935.

Milton (1979, p. 384) ressalta, por fim, que o período em que mais surgiram periódicos impressos na cidade foi entre os anos 1870 e 1880, quando 13 novos títulos passaram a circular. A média geral era de dois jornais por ano, quase todos com existência muito curta. Dado que igualmente merece ser citado a partir da relação que ele apresenta é a profusão de nomes curiosos e criativos com que eram denominadas estas publicações. Temos desde O Apóstolo da Cachoeira até O Lutador, O Filhote e O Ban-Ban-Ban. O Asteróide, O Lápis, O Alfinete e A Grinalda. O Esforço, O Patusco, O Mariola e Marche-Marche. Teve A Faísca, O Raio e O Relâmpago. Planeta Vênus, O Suspiro, Sempre Viva e XPTO. A Árvore, O Pimentão e A Urtiga. A Mutuca, A Marmata Cachoeirense e A Marmota. Da série de animais teve também A Pulga, O Beija-Flor e O Colibri, mas se houve A Formiga, porque não O Tamanduá? Se teve O Pic-Nic porque não O Passeio à Feira?

Na verdade, o primeiro jornal baiano, O Idade D'Ouro do Brazil, já tinha subscritores (assinantes) em Cachoeira nesta época⁸, quando era a segunda cidade mais rica e opulenta da Bahia, o que indica a existência de uma demanda de leitores capaz de sustentar seus próprios jornais locais. O jornalista e pesquisador da história da imprensa baiana Jeremias Macário (2005, p. 49), confirma que “até 1937, Cachoeira foi a campeã na Bahia em circulação de periódicos, com 141 jornais de existência efêmera”. A cidade merece destaque também em razão dos filhos ilustres que tiveram atuação marcante no jornalismo baiano, a exemplo de Ernesto Simões Filho (fundador do jornal A Tarde, em 1912), Aristides Milton, Cincinnato José Melchades, Manuel Paulo Filho (presidente de Associação Brasileira de Imprensa em 1928) e Antonio Loureiro (que foi diretor da

⁸ O Idade D'Ouro começou a circular em 1811.

Escola de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e membro do Conselho Estadual de Cultura), entre outros.

Por fim, ainda que ressaltando a efêmera existência da maioria de suas publicações, o que de fato merece ser considerado é o registro histórico de um período em que se editava e publicava jornais com uma frequência e insistência proporcionalmente bem maior que em tempos mais atuais. Seja para difundir as idéias e ideais de agremiações partidárias, seja para divulgar notícias e serviços públicos ou simplesmente para exercitar as vocações literárias, tais periódicos impressos foram voz e espelho para seus contextos socioculturais e merecem, portanto, tornar-se objeto de pesquisa mais aprofundada, mas detalhada e cuidadosa. Todavia, o estado em que se encontram estes acervos – quando os há – é um fator de dificuldade nada desprezível para esta tarefa.

Referências

CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da imprensa da Bahia**. 2. ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

CARVALHO, Aloysio de. A imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2. ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 41-62.

CARVALHO FILHO, Aloysio de. Jornalismo na Bahia: 1875-1960. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2. ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 79-100.

DINIZ, J. Péricles. O Independente Constitucional: instrumento de guerra nos primórdios da imprensa brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2008, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2008.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

MANGABEIRA, Octavio. Centenário da imprensa baiana. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2. ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 23-39.

MATTOSO, Kátia Queiroz. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MILTON, Aristides. **Efemérides cachoeiranas**. Salvador: UFBA, 1979.

OLIVEIRA, Jeremias Macário. **A imprensa e o coronelismo no sertão sudoeste**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.